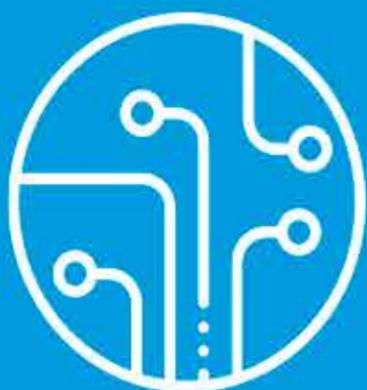


PUBLICIDADE LEGAL



EDIÇÃO DIGITAL



ASSINADO ELETRONICAMENTE
POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL
CONFORME LEI 13.818/2019



VERIFICAÇÃO
ACESSE: [VERIFICADOR.ITI.GOV.BR](https://verificador.it.gov.br)

EDIÇÃO 5239

RASTREIO DA VERSÃO DIGITAL



Goiânia, sexta-feira 27 de janeiro de 2023

Gazeta do Estado



Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo Gazeta do Estado com circulação em bancas de jornais e dirigida, nos estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site <https://www.gazetadoestado.com.br/edicao-digital/>

Assinado Eletronicamente por Certificação Digital
conforme Lei 13.818/2019
VERIFICAÇÃO - acesse: verificador.it.gov.br

Gazeta do Estado
ICP
Brasil

Assinado Digitalmente por
G. EXATA DE COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ: 04.471.978/0001-92
Data: 2023/01/26 23:13:13



PREFEITURA
DE GOIÂNIA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA COMURG
31 de dezembro de 2021

BALANÇO PATRIMONIAL
em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em Reais)

	Nota	2021	2020
Ativo			
Ativo Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	7.568.033	6.588.576
Contas a Receber	6	29.056.736	8.002.291
Outros Créditos	7	72.149.403	58.172.172
Estoques	8	3.882.513	4.920.875
		112.656.685	77.683.914
Não Circulante			
Realizável a longo Prazo	9	242.872	21.390
Outros Créditos	10	14.156.076	130.078
Investimentos	11	247.294	283.235
Imobilizado	12	27.366.787	18.770.054
Intangível	13	333.986	-
		42.347.015	19.204.757
Total do Ativo		155.003.700	96.888.671
Passivo			
Passivo Circulante			
Fornecedores de bens e serviços	14	34.165.354	23.131.341
Obrigações Tributárias	15	854.445.372	348.055.830
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher	15	14.883.441	3.052.087
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	18	246.843.625	22.198.463
Outras Obrigações	16	60.994.618	26.352.360
Obrigações com Subsidiárias	20	1.763.478	-
Provisão para riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis	17	67.641.153	-
Provisões de férias e 13º	19	31.746.653	-
		1.312.483.696	422.790.081
Não Circulante			
Fornecedores	14	2.765.830	12.494.349
Outras Obrigações	16	39.491.497	-
Obrigações com subsidiárias	20	5.075.688	79.501.012
Obrigações Tributárias	15	3.399.631	18.830.175
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	18	1.027.100	55.934.601
		51.759.746	166.760.136
Patrimônio Líquido			
Capital Social		16.336.916	16.336.916
Reservas		2	3
Lucros/(Prejuízos) acumulados		(1.225.576.659)	(508.998.464)
		(1.209.239.741)	(492.661.545)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		155.003.700	96.888.671

As Notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em Reais)

	Nota	2021	2020
Receita Líquida			
Custo dos Serviços Prestados	21	489.603.081	408.111.373
Lucro Bruto	22	(392.318.891)	(321.329.917)
Despesas Operacionais		97.284.190	86.781.455
Despesas Administrativas		(108.855.557)	(234.269.354)
Despesas Tributárias	22	(81.735.905)	(97.030.696)
Despesas com provisões p/ contingências		(186.700)	(5.878.045)
Despesas com Provisões p/ devedores duvidosos	17.1	(26.932.952)	-
Equivalência Patrimonial		-	(91.856.368)
Lucro (prejuízo) antes do Resultado Financeiro		(7.961.053)	247.768
Resultado Financeiro		(7.961.053)	247.768
Receitas Financeiras	25	2.331.654	270.352
Despesas Financeiras	25	(10.292.706)	(22.584)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	24	105.854	-
Resultado antes do IRPJ e CSLL		(19.426.566)	(147.240.131)
CSLL		(2.711.504)	-
IRPJ		(7.519.954)	-
Lucro/Prejuízo do Exercício		(29.658.024)	(147.240.131)
ATRIBUÍVEL A			
Acionistas da Companhia		(29.658.024)	(147.240.131)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - R\$			
Básico		(0,59)	(2,94)

As Notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em Reais)

	2021	2020
Déficit e/ou superávit líquido do exercício	(29.658.024)	(147.240.131)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes do período	(29.658.024)	(147.240.131)

As Notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em Reais)

	Nota	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019		16.336.916	1	1	1	(368.247.549)	(351.910.630)
Lucro/(-)Prejuízo do Exercício		-	-	-	-	(147.240.131)	(147.240.131)
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	6.489.216	6.489.216
Saldos em 31 de dezembro de 2020		16.336.916	1	1	1	(508.998.464)	(492.661.545)
Lucro/(-)Prejuízo do Exercício		-	-	-	-	(29.658.024)	(29.658.024)
Ajustes de Exercícios Anteriores	23	-	-	-	-	(686.920.171)	(686.920.171)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		16.336.916	1	1	1	(1.225.576.659)	(1.209.239.740)

As Notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

1/10



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA COMURG

31 de dezembro de 2021

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.
(Valores expressos em Reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit/déficit do exercício	(29.658.024)	(147.240.131)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Ajustes de exercícios anteriores	(8.673.542)	6.489.216
Amortização e Depreciações	374.698	(622.411)
	(37.956.868)	(141.373.326)
Variações nos ativos		
Valores Recebidos de Clientes	(26.015.531)	41.635.828
Estoques	1.038.361	199.634
Adiantamentos a Fornecedores e Empregados	(4.127.265)	38.180.756
Tributos a Recuperar/Recompensar	(9.858.429)	(233.060)
Outros Créditos	(14.037.140)	-
Variações nos passivos		
Fornecedores de Bens e Serviços	14.811.367	(8.661.796)
Salários, obrigações sociais e tributárias	91.205.096	32.163.745
Outras Obrigações	22.915.856	-
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	37.975.447	(38.088.219)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições de imobilizado e intangível, líquidos	(9.033.853)	48.532.827
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de investimentos	(9.033.853)	48.532.827
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos	(27.962.137)	(4.848.398)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamento	(27.962.137)	(4.848.398)
Aumento nas disponibilidades	979.457	5.596.210
Caixa no início do exercício	6.588.576	992.367
Caixa no final do exercício	7.568.033	6.588.576
Aumento nas disponibilidades	979.457	5.596.210

e não para investimento ou outros fins. Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata concedida pelo emissor ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

3.3 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a entidade for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.4 Contas a Receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela venda de serviços no curso normal das atividades da Companhia e são reconhecidas na medida em que a contraprestação que é incondicional for devida pelo cliente.

3.5 Estoques

Os estoques dos materiais destinados ao consumo, a insumos na prestação dos serviços bem como à manutenção de máquinas e equipamentos são demonstrados pelo valor da aquisição, devidamente classificados no ativo circulante. Tais valores não são demonstrados de modo a evidenciar os valores dos créditos de impostos (PIS e COFINS) em razão da metodologia de controle de estoque bem como do sistema utilizado pela Companhia para registro das informações. Para o exercício objeto das Demonstrações Contábeis a Companhia não constituiu provisão para perdas na realização de estoques.

3.6 Imobilizado

São apresentados ao custo de aquisição, construção ou doação. A Depreciação é calcula pelo método linear, ao longo da vida útil e é reconhecida na demonstração do resultado. Os custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Terrenos não são depreciados. Os ganhos ou as perdas em alienações são determinados pela comparação ao valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado quando ocorridos. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado em "outras despesas operacionais, líquidas".

3.7 Ativos Intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado em "outras despesas operacionais, líquidas".

3.8 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

O valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis devem ser revistos anualmente para determinar se há alguma indicação de que esses ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente e sempre que houver indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o valor recuperável de um ativo calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada do seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores.

Para o presente exercício a Companhia não realizou o Teste de Impairment, apesar de ter realizado o levantamento anual dos seus ativos. Espera-se implantar esse teste para o próximo exercício.

3.9 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva.

3.10 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são atualizadas monetariamente até o final do período de relatório para cobrir perdas prováveis, com base na natureza do risco e na opinião dos consultores jurídicos da Companhia. Os ativos contingentes não são reconhecidos pela Companhia e somente são divulgados, caso haja provável recebimento de benefícios econômicos. Se for praticamente certo que os benefícios econômicos serão recebidos, o ativo e o correspondente ganho são registrados nas demonstrações financeiras do exercício correspondente à mudança na estimativa. Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado pelo seu valor justo. Posteriormente, é mensurado pelo maior entre o valor que seria reconhecido de acordo com os requisitos de provisões acima ou o valor inicialmente reconhecido menos (quando apropriado) a amortização acumulada reconhecida de acordo com os requisitos de reconhecimento de receita. A Companhia possui contratos que preveem o pagamento de honorários advocatícios de êxito decorrentes de processos tributários, cíveis e trabalhistas dos quais figuram no polo passivo. A Companhia, com base em sua melhor estimativa, apurou e provisionou os montantes para os quais entende que existe a expectativa de desembolso futuro.

3.11 Receitas de contratos com clientes

A Receita de contrato com cliente é reconhecida quando a obrigação de transferir o serviço é satisfeita.

3.12 Tributos sobre as vendas

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto (i) quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e (iii) quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: riscos de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), de crédito e de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos em seu desempenho financeiro. A Companhia não opera instrumentos financeiros derivativos com propósito de especulação, nem utilizou instrumentos derivativos em nenhum dos períodos apresentados e não tem pactuados contratos de derivativos para fazer "Hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas. Não foi também pactuado qualquer tipo de contratos em moedas estrangeiras no exercício social.

4.2 Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

4.3 Mensuração do valor justo

Na mensuração, o valor contábil representa uma aproximação razoável do valor justo no que se refere aos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e demais passivos circulantes principalmente devido aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

2/10

As Notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Urbanização de Goiânia – COMURG, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, de Capital Fechado e de Direito Privado. Foi constituída através da Lei Municipal nº 4.915, de 21 de outubro de 1974, inscrita no CNPJ-MF nº 00.418.160/0001-55, registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás em 23/05/1975 nº 523000070-0, possui sede administrativa na Avenida Nazareno Roriz nº 1.122, Vila Aurora, Cep: nº 74.405-010, Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, tem como principal acionista e cliente a Prefeitura Municipal de Goiânia. A COMURG tem por finalidade planejar, organizar, coordenar, controlar, comandar e executar, em regime de exclusividade os serviços de arborização, limpeza urbana com a coleta e varrição do lixo e urbanização no município de Goiânia. Também compete a COMURG:

- Administrar o Fundo de Urbanização de Goiânia, instituído pela Lei Municipal nº 4.914, de 21 de outubro de 1974, podendo, à conta desses recursos, realizar investimentos nos programas de equipamentos urbanos e de infraestrutura, estudos e projetos vinculados aos referidos programas, e bem assim aplicar seus próprios recursos nas mesmas finalidades ou em atividades relacionadas com o desenvolvimento urbano da cidade de Goiânia;
- incumbir-se da execução de obras e serviços públicos, quando lhes forem cometidos;
- explorar serviços públicos de limpeza urbana, urbanismo, coleta, transporte, manejo e destinação final de resíduos sólidos, implementar Central de Tratamento de Resíduos Sólidos – CTRS, nos termos da concessão outorgada pelo Poder Público Municipal, além dos contratos de prestação de serviços a serem firmados com as entidades da administração pública e entidades sem fins lucrativos de qualquer esfera de governo, especificamente para esta finalidade, podendo, para tanto, criar subsidiárias;
- promover a conservação, manutenção e reformas de canteiros, praças, parques e áreas ajardinadas do Município de Goiânia e seus prédios, bem como a elaboração e execução de projetos, mediante contraprestação pecuniária e em atendimento à legislação e contrato de concessão correspondentes.
- urbanizar terrenos oriundos de desapropriações realizadas pela municipalidade, desde que tenha convênio celebrado com o Município para esse fim, ou adquiridos pela própria Companhia;
- proceder ao remanejamento de áreas urbanas deterioradas, pertencentes ao patrimônio da COMURG, negociando-as na forma legal;
- proceder ao remanejamento de áreas deterioradas, com prévio consentimento de seus proprietários, ressarcindo-se das despesas, acrescidas de remuneração pelos serviços prestados;
- celebrar, sempre que atendam aos interesses da COMURG e nos limites da lei, parcerias, termos de colaboração, convênios ou contratos em geral, com entidades públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos;
- celebrar, sempre que atendam aos interesses da COMURG, convênios ou contratos com entidades concessionárias de serviços públicos responsáveis por obras de infraestrutura, em áreas a serem utilizadas;
- realizar permuta, alienação e arrendamento de imóveis que lhe sejam destinados nos termos da lei.

2. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E BASE DE APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em observância aos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, que são, em geral, convergentes ou em acordo com as normas internacionais (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações. As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. As demonstrações financeiras individuais estão expressas em Reais ("R\$") arredondadas para a unidade mais próxima.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta os ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando (i) deverá ser realizado, ou destina-se a ser vendido ou consumido no ciclo operacional normal; (ii) realizado principalmente para fins de negociação; (iii) espera-se que seja realizado no período de doze meses após o período do relatório; ou (iv) caixa ou equivalente de caixa, a menos que não seja trocado ou usado para liquidar um passivo por pelo menos doze meses após o período de relatório. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como circulante quando (i) emitido principalmente com a finalidade de negociação; (ii) é detido principalmente para fins comerciais; (iii) deve ser liquidado em até doze meses após o período do relatório; ou (iv) não há direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos doze meses após a data do balanço. A Companhia classifica todos os outros passivos como não circulantes.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo,



PREFEITURA
DE GOIÂNIA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA COMURG
31 de dezembro de 2021

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2021	2020
Caixa e Bancos	180.828	175.148
Aplicações financeiras	7.387.205	6.413.428
	7.568.033	6.588.576

6. CONTAS A RECEBER

Clientes	2021	2020
Prefeitura Municipal de Goiânia	-	6.687.267
Secretaria Municipal de Infraestrutura de Goiânia	27.962.135	-
Demais Clientes	1.094.601	1.315.024
	29.056.736	8.002.291

Os valores das Contas a Receber são provenientes da prestação de serviços com limpeza urbana, jardinagem, coleta de lixo, construção e manutenção de praças, e ainda a descarga de resíduos sólidos urbanos no aterro sanitário. Ressalte-se que no devido exercício a Companhia não realizou estimativa de provisão para perdas de crédito esperadas no que diz respeito a créditos que não se tenha expectativa de recuperação ou recebimento.

7. OUTROS CRÉDITOS

	2021	2020
Adiantamento a Fornecedores(a)(b)	341.738	-
Adiantamento a Empregados(c)	3.785.527	-
Tributos a Recuperar/Compensar(d)	67.173.069	57.341.602
Bloqueios Judiciais	6.733	-
Diversos Créditos a receber	801.893	770.127
Outros adiantamentos	40.443	60.443
	72.149.403	58.172.172

a) Os valores de Adiantamento a Fornecedores são créditos que a Companhia tem junto aos seus fornecedores em decorrência de situações como pagamentos a maior por falta de observação das devidas retenções, tarifas bancárias não descontadas conforme política interna da entidade e outros pagamentos a maior que serão restituídos ou terão suas contraprestações realizadas no exercício seguinte.

b) Durante o exercício de 2021 foram verificadas 8 (oito) operações de devolução total de algumas notas emitidas contra o CNPJ da Companhia, pelo fornecedor LUZ LED INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Tais operações são comuns quando há uma anulação da operação de compra e o cliente não é contribuinte do ICMS, ou seja, não tem inscrição estadual e não é habilitado a emitir Nota Fiscal Eletrônica. Como as notas fiscais originárias das operações foram pagas sem qualquer menção a devolução da operação ou crédito, tais valores foram contabilizados como direito de crédito junto ao fornecedor em questão até que se verifique se de fato ocorreram as devoluções devidas:

Processo	Nota fiscal	Operação	Referência	Data	Valor
86149991	2692	Compra	-	08/03/2021	67.700
86149991	2733	Compra	-	12/03/2021	67.700
86149991	2751	Compra	-	19/03/2021	67.700
86149991	2776	Compra	-	23/03/2021	78.972
86149991	2828	Devolução	2692	30/03/2021	(67.700)
-	-	-	-	30/03/2021	(282.072)
-	2837	Devolução	2751	31/03/2021	(67.700)
					TOTAL Processo 86149991 (135.400)

8. ESTOQUES

	2021	2020
Combustíveis e Lubrificantes	89.302	1.053
Materiais em Geral	2.241.183	3.325.442
Materiais para Veículo	145.886	173.147
Materiais de Conservação e Limpeza	367.397	555.818
Bens de Pequeno Valor	396.480	145.482
Materiais Elétricos	331.034	348.212
Materiais de Escritório	251.211	266.198
Materiais para Copa	3.791	39
Bens para imobilizado	56.230	105.483
	3.882.513(a)	4.920.875

(a) No ano de 2021 a Companhia não realizou levantamento físico a tempo de constar tal informação em seus demonstrativos.

9. REALIZAVEL A LONGO PRAZO

	2021	2020
Créditos a receber decorrente de pagamentos(a)	21.390	21.390
Créditos a receber de Clientes - Longo Prazo(b)	221.482	-
	242.872	21.390

a) Referem-se a valores de exercícios anteriores que não tiveram sua origem identificada no exercício, que serão objeto de análise no exercício seguinte.

b) Referem-se a acordo realizado com a devedora Aroeira Resíduos e Serviços LTDA referente a créditos de exercícios anteriores que serão satisfeitos no prazo de 48 meses.

10. OUTROS CRÉDITOS

	2021	2020
Crédito BBC S/A Liquidação Extrajudicial(a)	130.078	130.078
Depósitos Recursais Trabalhistas(b)	382.225	-
Depósitos Recursais Cíveis(b)	897	-
Penhora 3% Ação Judicial(c)	13.642.876	-
Total	14.156.076	130.078

(a) Valores a Receber da BCC S/A Liquidação extrajudicial que possivelmente serão satisfeitos no exercício seguinte

(b) Depósitos recursais garantidores de execução, que após julgamento do departamento jurídico da companhia será reconhecido como parte complementar do valor destinado à execução

(c) Penhora referente a ação fiscal nº 2004.35.00.019507-0 referentes a cobranças de tributos federais e que tramita na Justiça Federal. Respetivos valores estão depositados em conta judicial aguardando destinação.

11. INVESTIMENTOS

	Participação %	2021	2020
COMDATA - Cia de Processamento de Dados do Município de Goiânia(a)	0,01	236	236
COMLUZ - Cia de Iluminação do Município de Goiânia(a)	100	247.059	247.059
COMOB - Cia de Obras e Habitação do Município de Goiânia(a)	100	-	-
COMPAV - Companhia de Pavimentação do Município de Goiânia(a)	100	-	-
COMURG ADM(b)	100	-	34.635
FINAM(b)	100	-	1.189
EMBRAER - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.(b)	100	-	116
		247.294	283.235

3/10



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA COMURG
31 de dezembro de 2021

a) Empresas em que a COMURG detém participação e que estão em fase de liquidação. Durante o exercício de 2021 não foi reportado a Companhia quaisquer informações de resultados e demonstrações contábeis das referidas subsidiárias, referente ao exercício, para que se pudesse realizar o acompanhamento dos investimentos decorrentes de equivalência patrimonial.
b) Valores que foram baixados em decorrência de não atenderem o disposto nos itens 26 a 28 da ITG 2000(R1) – Resolução CFC 1330/2011, qual seja lançado no balanço da Companhia sem qualquer documento base que comprove a veracidade do fato contabilizado.

12. IMOBILIZADO						
Valor de Custo	2020	Aquisições	Adições	Baixas	Transferências	2021
Terrenos	16.049.935	-	-	-	-	16.049.935
Fábrica De Tubos	134.837	-	-	-	-	134.837
Sede Slua	74.084	-	-	-	-	74.084
Bloco De Divisões Da Slua	40.436	-	-	-	-	40.436
Obras Civas	853.861	-	-	-	-	853.861
Área Fábrica De Tubos	202.000	-	-	-	-	202.000
Fazenda Vau Pombas	1.072.500	-	-	-	-	1.072.500
Aterro Sanitário	22.188	-	-	-	-	22.188
Benfeitorias Em Propriedade De Terceiro	-	7.478.018	-	-	-	7.478.018
Moveis E Utensílios (Saldo Inicial)	381.130	-	-	-	-	381.130
Máquinas E Equipamentos (Saldo Inicial)	3.296.163	1.221.849	-	-	-	4.518.012
Veículos (Saldo Inicial)	78.497	-	-	-	-	78.497
Bens De Terceiros (Saldo Inicial)	22.023.666	-	-	-	-	22.023.666
(-) Bens De Terceiro (Saldo Inicial)	(22.023.666)	-	-	-	-	(22.023.666)
Sistema De Comunicação	7.420	-	-	-	-	7.420
Total Custo	22.213.052	8.699.867	-	-	-	30.912.919
Valor da Depreciação						
Móveis e Utensílios	(309.945)	-	-	86.468	(25.736)	(249.214)
Máquinas e Equipamentos	(2.019.524)	-	-	519.286	(348.962)	(1.849.200)
Veículos	(78.497)	-	-	-	-	(78.497)
Fábrica de Tubos	(64.969)	-	(15.156)	-	-	(80.124)
Fazenda Vau Pomba	(207.352)	-	-	51.072	-	(156.280)
Aterro Sanitário	(22.188)	-	-	-	-	(22.188)
Fábrica de Tubos	(134.837)	-	-	-	-	(134.837)
Sede SLUA	(74.084)	-	-	-	-	(74.084)
Bloco de divisões da SLUA	(40.436)	-	-	-	-	(40.436)
Obras Civas	(488.445)	-	(365.406)	-	-	(853.851)
Sistema de Comunicação	(2.720)	-	(4.700)	-	-	(7.420)
Total Depreciação	(3.442.998)	-	(385.262)	656.826	(374.699)	(3.546.132)
Total Líquido	18.770.054	8.699.867	(385.262)(a)	656.826(a)	(374.699)	27.366.787

(a) Foram verificadas durante o exercício de 2021 que as depreciações constantes da contabilidade, originárias do sistema de patrimônio da Companhia não refletiram fidedignamente os valores que deveriam constar como depreciação acumulada no período, tendo em vista que o sistema utilizado para controle de imobilizado estava considerando em alguns casos base nula ou valor ínfimo (R\$ 0,01) como base para depreciação de bens que ainda não foram completamente depreciados. Foram verificadas também baixas e alterações que impactaram o imobilizado da Companhia, realizadas de maneira equivocada tendo em vista o uso compartilhado do sistema de controle de patrimônio com a Secretaria Municipal de Administração do Município de Goiânia.

Valor de Custo	2020	Aquisições	Adições	Baixas	Transferências	2021
Softwares(a)	-	333.986	-	-	-	333.986
Total Custo	-	333.986	-	-	-	333.986

(a) Aquisição de Software para digitalização dos processos e documentos da Companhia.

14. FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS		
Passivo Circulante	2021	2020
Fornecedores de Mercadorias e Serviços(a)	34.165.354	23.131.341
Passivo Não Circulante		
Serviços de Terceiros PJ(b)	2.765.830	12.494.349
Total	36.931.184	35.625.690

(a) Referem-se a valores a pagar para fornecedores de mercadorias e Serviços com prazo de vencimento menor que 12 (doze) meses.

(b) Referem-se a valores a pagar a fornecedores de mercadorias e com prazo de vencimento superior a 12 (doze) meses. Foram identificados no exercício valores que foram devidamente compensados ou tiveram suas provisões anuladas em anos anteriores, mas que não tiveram os lançamentos contábeis realizados, momento que foram realizadas as devidas baixas.

15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		
Passivo Circulante	2021	2020
Imposto de Renda a Recolher	8.286.974,59	3.052.086,83
Contribuição Social a Recolher	11.998.069,88	-
IRRF a recolher	6.854.104,00	4.322.404,00
Impostos e taxas municipais	447.083,52	37.115,56
Impostos e taxas estaduais	9.132,45	8.753,57
Parcelamentos Federais	30.341.849,41	-
Impostos em Dívida Ativa	810.133.541,15	-
PIS a Recolher(a)	-	62.907.866,46
COFINS a Recolher(a)	-	279.851.793,96
Contribuições Federais Retidas	1.258.058,56	927.896,60
Total Circulante	869.328.814	351.107.917
Passivo Não Circulante		
PIS a Recolher(a)	2.926.020,11	2.926.020,11
COFINS a Recolher(a)	-	13.176.745,88
Imposto de Renda a Recolher	55,89	55,89
CSLL a Recolher	-	1.016.527,32
Contribuições Previdenciárias(b)	-	973.240,57
IRRF a Recolher	50.008,75	50.008,75
Impostos e Taxas Municipais	423.545,97	423.545,97
FGTS a Recolher(b)	-	264.030,27
Total Não Circulante	3.399.631	18.830.175
Total	872.728.444	369.938.092

(a) A companhia possui discussões judiciais no que tange a cobrança de PIS e COFINS sobre o valor faturamento a Secretaria Municipal de Infraestrutura de Goiânia. Tal questionamento diz respeito a isenção concedida aos recursos recebidos a título de preasse, oriundos do Orçamento Geral da União, dos Estados, dos Distrito Federal dos Municípios, pelas empresas públicas e sociedades de economia mista.

(b) Durante o ano de 2021 houve a troca do sistema contábil da Companhia, iniciando-se processo de conciliação de todos os saldos e valores registrados anteriormente no sistema contábil/financeiro disponibilizado pela prefeitura de Goiânia, momento em que foi verificado como Obrigações tributárias os valores de "INSS a Recolher" e "FGTS a Recolher", sendo realizadas as devidas correções (Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias).

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES		
	2021	2020
Passivo Circulante		
Adiantamentos de Clientes	6.840	9.339.847
Outras Contas a pagar	2.415	-
Execuções Trabalhistas	3.241.082	3.200.722
Execuções Processos Cíveis	7.598.113	-
Execução Trabalhista – JAE	26.327.665	-
Honorários Sucumbenciais a pagar	5.080	-
Acordo Judicial SEACONS a pagar	673.767	-
Outras Obrigações a pagar 5.480	-	-
Tarifas Bancárias a pagar	-	210.178
Aluguéis a pagar	336.656	-
Empréstimos Consignados a repassar	9.752.746	-
Depósitos Judiciais e Cauções	13.044.774	13.601.612
Total Passivo Circulante	60.994.618	26.352.360
Passivo Não Circulante		
Execução Trabalhista JAE	39.491.497	-
Total Passivo Não Circulante	39.491.497	-
Total	100.486.115	-

17. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS
A Companhia está envolvida em algumas demandas legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, tributários, trabalhistas, comerciais e outros. A Administração da Companhia acredita que, com base nos elementos existentes na data base destas demonstrações financeiras, a provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas, comerciais e outros, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

17.1 Contingências com risco de perda avaliado como provável		
Tipo de Provisão	2021	2020
Contingências Trabalhistas	24.498.957	-
Contingências Cíveis	43.142.196	-
Total	67.641.153	-

Como a Companhia começou a controlar as provisões para as contingências Trabalhistas e Cíveis somente no mês de dezembro/2021 não foi demonstrada a movimentação das referidas provisões, situação que será efetivamente corrigida durante o ano de 2022 tendo em vista maior domínio sobre o controle desses possíveis passivos.

Do valor acima, somente R\$ 26.932.952 (vinte e três milhões, novecentos e trinta e dois mil e novecentos e cinquenta e dois reais) foram lançadas em conta de resultado tendo em vista serem ações iniciadas no ano de 2021. A diferença, por se tratar de provisões que deveriam ser realizadas em anos anteriores, foram lançadas contra o Patrimônio líquido, se tratando de ajustes de exercícios anteriores.

17.2 Contingências com risco de perda avaliado como possível
A Companhia possui contingências cuja expectativa de perda avaliada pela Administração da Companhia e suportada pelos assessores jurídicos está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

18. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS		
	2021	2020
Passivo Circulante	246.843.625	22.198.463
Salários e outras remunerações a pagar(a)	3.968.325	3.565.986
Benefícios a pagar(b)	587.861	542.877
Outros valores a pagar(c)	3.194.369	7.709.970
Encargos Sociais a pagar(d)	27.573.161	10.379.630
INSS - Dívida Ativa(e)	211.519.909	-
Passivo Não Circulante	1.027.100	55.934.601
Encargos Sociais a pagar(d)	1.027.100	55.934.601
Total Obrig. Trabalhistas e Previdenciárias	247.870.725	78.133.064



PREFEITURA
DE GOIÂNIA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA COMURG

31 de dezembro de 2021

(a) Durante o ano de 2021 foram verificados que constam saldos de salários e outras remunerações a pagar para colaboradores referentes a anos anteriores, entretanto, não foi possível verificar se tais valores realmente são devidos ou não. A verificação desses saldos e os possíveis ajustes serão realizados em 2022.

(b) Durante o ano de 2021 foram verificados que constam saldos de benefícios a pagar (auxílio funeral, auxílio alimentação, cesta básica, cursos e treinamentos) para colaboradores referentes a anos anteriores, entretanto, não foi possível verificar se tais valores realmente são devidos ou não. A verificação desses saldos e os possíveis ajustes serão realizados em 2022.

(c) Saldos referentes a Consignações. Em 2021 foi realizado a devida reclassificação dos valores que compõe o grupo, sendo que ao término do exercício foram verificados valores referentes a anos anteriores que não foram identificados. A verificação desses saldos e os possíveis ajustes serão realizados em 2022.

(d) Excetuada a movimentação operacional de 2021, foram verificados saldos anteriores nas contas de encargos sociais a pagar que não puderam ser validados se são devidos ou não. A verificação desses saldos e os possíveis ajustes serão realizados em 2022.

(e) Em 2021 foi reconhecida a dívida ativa referente INSS constante na PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional que não estava sendo reconhecida nas demonstrações contábeis dos anos anteriores, sendo realizadas também reclassificações de valores de FGTS e INSS de anos anteriores, que terão seus saldos revistos em 2022.

19. PROVISÕES DE FÉRIAS E 13º

Durante o ano de 2021 a Companhia passou por transição de sistema responsável por calcular a folha de pagamento e as demais rotinas inerentes ao departamento de pessoal. A mudança ocorrida em agosto/2022 representou um avanço muito importante na qualidade das informações e no processo operacional para cálculo de folha de pagamento.

Em razão da mudança algumas parametrizações e entregas não foram realizadas em tempo hábil, como o caso das provisões de férias e 13º, sendo reconhecido o valor de provisão de férias no mês de dezembro do presente exercício. O módulo referente aos cálculos de provisão de férias e 13º será entregue e totalmente parametrizado no ano de 2022, momento em que será possível reconhecer as provisões de férias e 13º de maneira mensal, obedecendo o regime de competência.

20. OBRIGAÇÕES COM SUBSIDIÁRIAS

Foram verificados valores a pagar para subsidiárias (COMOB e COMPAV), provenientes de exercícios anteriores que não puderam ter seus saldos validados. O processo de verificação para saber a origem, documentos fidedignos e se tais valores são devidos de fato serão realizados em 2022, dando continuidade ao processo contínuo de conciliação e acompanhamentos de saldos iniciados em 2021.

21. RECEITAS

	2021	2020
Receita:		
Limpeza Urbana	486.378.256	440.381.759
Descarga Aterro Sanitário	3.553.525	3.355.940
Subtotal	489.931.782	443.737.699
Impostos Incidentes sobre Serviços	(328.701)	(35.626.326)
Subtotal	(328.701)	(35.626.326)
Receita Líquida Total	489.603.081	408.111.373

22. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Classificadas por função	2021	2020
Custos dos Serviços Prestados	392.318.891	321.329.917
Despesas Administrativas	81.735.905	97.030.696
Total	474.054.796	418.360.613
Classificadas por Natureza		
Custos dos serviços prestados	392.318.891	321.329.917
Insumos da prestação de Serviços	97.917.754	-
Custos com pessoal(a)	294.401.137	265.014.651
Outros	-	56.315.266
Despesas Administrativas	81.735.905	97.030.696
Despesas com Pessoal(a)	44.359.887	124.967
Despesas com Aluguel	923.246	-
Despesas gerais	36.078.073	96.651.411
Depreciação	374.699	254.319
Total	474.054.796	418.360.613

(a) Nota explicativa nº 23

23. DESPESAS COM PESSOAL

	2021	2020
Salários e demais remunerações	209.437.426	157.483.415
Benefícios a empregados	46.133.672	29.323.985
Encargos, impostos e contribuições	23.411.786	14.946.512
INSS	59.778.141	63.385.704
Total	338.761.024	265.139.618

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da COMURG - COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA.

Examinamos as demonstrações contábeis da COMURG - COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMURG - COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA, em 31 de dezembro de 2021 e com exceção dos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva" o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com Ressalva

1. Estoques

A Companhia não realizou levantamento físico de seus estoques, fomos nomeados auditores independentes da COMURG - COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA, após o início do exercício de 2022 e, portanto, não nos foi possível nos satisfazeremos por meios alternativos quanto às quantidades em estoque e seu respectivo saldo contábil no final do exercício. A existência de eventual diferença no saldo final dos estoques pode ter impactado as demonstrações contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2021;

2. Impostos, Encargos e Taxas retidos na fonte e não pagos

Conforme nota explicativa nº 15, há registrado como Obrigações Fiscais para a COMURG, registros de retenções retidas de terceiros, impostos municipais e federais. Nos procedimentos de auditoria aplicados, constatamos que a COMURG efetuou, em exercícios anteriores e no exercício de 2021, a retenção de impostos sem o correspondente recolhimento aos cofres públicos. Consta registrados na Contabilidade valores pendentes de regularização e/ou recolhimento de exercícios anteriores, constatamos que, tais valores não vêm sendo corrigidos monetariamente. Os procedimentos adicionais de auditoria não foram suficientes para concluirmos sobre os saldos, devido à ausência de documentação suporte. Assim, ficamos impossibilitados de opinar sobre os impactos que eventuais ajustes decorrentes da aplicação plena dos procedimentos preconizados nas NBC TG's, poderiam causar nas demonstrações contábeis do exercício sob nosso exame e nos valores correspondentes ao exercício anterior;

3. Plano de liquidação das subsidiárias

A Comurg é detentora das subsidiárias, a Companhia de Obras e Habitação do Município de Goiânia - COMOB- e a Companhia de Pavimentação do Município de Goiânia S.A. — COMPAV, em processo de liquidação. A NBC TG 900 - ENTIDADES EM LIQUIDAÇÃO preconiza que a Entidade em liquidação é a entidade que esteja em processo de liquidação, desde que a sua liquidação não seja prevista em seus documentos constitutivos. Para que a entidade esteja em processo de liquidação, deve ser observado um plano de liquidação aprovado por pessoa (s) com autoridade para tomar tal plano efetivo ou um plano imposto por terceiros, e não foi apresentado um plano de liquidação que corrobore o cumprimento da norma; e,

24. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LIQUIDAS

	2021	2020
Receitas com Leilão de Lenha	75.512	-
Doações Recebidas	30.000	-
Outras Receitas diversas	341	-
Total	105.854	-

25. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2021	2020
Receitas Financeiras:		
Juros de mora	1.231	13.243
Descontos Financeiros Obtidos	1.534.207	-
Atualização Monetária	395.605	-
Multas e Juros de acordo com clientes	113.401	-
Outras Receitas financeiras	-	115.381
Rendimentos de Aplicações financeiras	287.209	141.728
Total Receitas Financeiras	2.331.654	270.352
Despesas Financeiras:		
Juros de mora	1.392	5.194
Tarifas Bancárias	123.582	-
Multas e Juros s/ tributos	4.840.222	-
IOF s/ Aplicações Financeiras	74.503	-
Multas e Juros S/ duplicatas	5.806	-
Multas referente infrações fiscais	137.775	-
Reequilíbrio Financeiro de Fornecedores	1.159.729	-
Outras Despesas Financeiras	-	17.390
Atualização Encargos Legais	3.949.697	-
Total Despesas Financeiras:	10.292.706	22.584
Resultado Financeiro:	(7.961.053)	247.768

26. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Durante o exercício de 2021 foi realizado um trabalho massivo de conciliação dos saldos contábeis de períodos anteriores a 2021 de modo a identificar de fato a fidedignidade dos saldos acumulados até 2020, momento em que foram identificadas provisões em duplicidade, triplicidade; compromissos financeiros que já haviam sido satisfeitos mas que não tiveram sua contabilização devidamente registrada ou registradas sem critério em contas estranhas à origem do compromisso tendo em vista equívocos no momento de parametrização e baixa; contabilizações equivocadas de valores retidos a título de impostos incidentes sobre serviços prestados e tomados; lançamentos contábeis imputados no balanço da companhia em momentos anteriores sem qualquer comprovação ou documentação contábil que pudesse comprovar os fatos que originaram tais lançamentos conforme os itens 26 a 28 da Resolução CFC nº 1.330/2011 e ainda valores cobrados pela União que estão em Dívida Ativa que não haviam sido reconhecidos anteriormente.

Entendendo que tais situações prejudicavam o objeto das demonstrações contábeis, qual seja, fornecer informações sobre a situação patrimonial, econômica e financeira de uma empresa, de modo claro e transparente, para os usuários externos, a administração julgou ser necessário reconhecer os efeitos dos presentes ajustes neste exercício.

A administração entende ser de extrema importância continuar os trabalhos iniciados em 2021, de conciliação e validação dos saldos, de modo a garantir a qualidade nas informações geradas nas Demonstrações Financeiras. A administração também entende ser essencial a melhoria contínua em seus processos, inclusive, submetendo-os à auditoria independente de modo a garantir maior verificabilidade das informações contábeis.

27. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DA DIRETORIA

O Conselho Diretor da Companhia declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e com o Respeito Relatório dos Auditores Independentes.

Confirma também que todas as informações relevantes constantes nas demonstrações contábeis correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data da autorização para a emissão das demonstrações contábeis, não há evidência de ocorrência de eventos subsequentes relevantes, relacionados com o a Companhia, que possam ter efeito relevante em suas demonstrações contábeis.

Goiânia-GO, 31 de dezembro de 2021.

ALEX GAMA DE SANTANA
Diretor Presidente
CPF nº 531.870.324-00

RICARDO DE SOUZA ITACARAMBI
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF nº 782.569.681-68

EMANOEL DE PAULA BRITO
Assessoria Contábil
CRC/GO 022329/O-9



PREFEITURA DE GOIÂNIA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA COMURG
31 de dezembro de 2021

O processo de verificação para saber a origem, documentos fidedignos e se tais valores são devidos de fato serão realizados em 2022, dando continuidade ao processo contínuo de conciliação e acompanhamento de saldos iniciados em 2021.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas requeridas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Outros assuntos

1. Relatório da Administração

A administração da COMURG é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário

econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

2. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo relatório foi emitido em 26 de abril de 2021.

Goiânia, 16 de agosto de 2022.

Andielle Souza Duarte Couto
Contadora CRC — GO nº 026642/0-5
Auditora Independente

Feliciano Celso Maciel
AIPF Registro CVM nº 12.483 Contador
CRC-GO nº 8.213/0

José Leme da Siva
Contador CRC — GO nº 007721/0-8
Auditor Independente

PARECER DO CONSELHO FISCAL REFERENTE À ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2021

I. Fundamentações

O Conselho Fiscal é órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual. Além das normas previstas na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, aplicam-se aos membros do Conselho Fiscal da Companhia as disposições para esse colegiado previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, inclusive aquelas relativas a seus poderes, deveres e responsabilidades, a requisitos e impedimentos.

O Estatuto Social estabelece no art. 25, que compete ao Conselho Fiscal elaborar a cada exercício, parecer técnico sobre o balanço do exercício anterior.

II. Considerações Iniciais

Os membros do Conselho Fiscal: Osmar Alves Santana Júnior (Presidente), Thiago Francisco Alves Santana e Juliana Ferreira da Silva, reuniram-se, extraordinariamente, para apreciar as Demonstrações Contábeis do Exercício de 2021, com vistas a sobre elas opinar. As demonstrações contábeis do exercício de 2021, acompanhadas das notas explicativas e dos pareceres da auditoria independente foram encaminhadas ao Conselho Fiscal no dia 24 de Agosto de 2022.

Vale destacar que a composição e nomeação dos membros do Conselho Fiscal da Comurg se deu através da Primeira Ata de Reunião Ordinária, realizado dia 07 de Junho de 2022.

III. Auditoria Independente

A empresa contratada pela Comurg para apresentação do Relatório dos Auditores Independentes das Demonstrações Financeiras do exercício 2021 foi a Compliance Auditores Independentes.

A Compliance Auditores Independentes apresentou três relatórios de auditoria, sendo um para a Comurg e o demais para suas subsidiárias conforme listados abaixo:

• COMURG - COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA;

O parecer entregue pela auditoria referente as demonstrações da COMURG, conclui que as demonstrações contábeis, apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da auditada, em 31 de dezembro de 2021 e traz algumas "ressalvas" a título do seu desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa.

IV. Conclusão

Diante do exposto, os membros do Conselho Fiscal da Comurg, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram os dados contidos nas Demonstrações Contábeis, Relatório Anual e no Relatório da Auditoria Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, e embasados no relatório dos auditores independentes vem através deste emitir o parecer favorável à APROVAÇÃO das demonstrações contábeis, considerando que estas retratam adequadamente a Movimentação Financeira e a Posição Patrimonial da COMURG

Goiânia, 16 de Setembro de 2022.

Osmar Alves Santana Júnior
Presidente do Conselho

Juliana Ferreira da Silva
Membro Efetivo do Conselho

Thiago Francisco Alves Santana
Membro Efetivo do Conselho



PREFEITURA DE GOIÂNIA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Compahia de Pavimentação de Goiânia - COMPAV
31 de dezembro de 2021

BALANÇO PATRIMONIAL
LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - (EM R\$)

	2021	2020	2019
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE	1.300,00	1.300,00	4.467.720,58
Disponível	-	-	-
Créditos	-	-	4.467.720,58
Clietes	-	-	4.466.420,58
Estoques	1.300,00	1.300,00	1.300,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	12.800.298,40	13.016.776,40	16.309.484,05
Realizável a Longo Prazo	-	-	2.926.817,88
Clietes	-	-	2.926.817,88
Investimentos	34.635,49	34.635,49	34.635,49
Participações em Empresas	34.635,49	34.635,49	34.635,49
Imobilizado	12.765.662,91	12.982.140,91	13.348.030,68
Bens Moveis	1.516.561,96	1.516.561,96	1.516.561,96
Bens Imoveis	13.845.529,13	13.845.529,13	13.845.529,13
(-) Depreciação Acumulada	(2.596.428,18)	(2.379.950,18)	(2.014.060,41)
Intangível	-	-	-
Softwares	13.119,04	13.119,04	13.119,04
Marcas e Patentes	80.448,89	80.448,89	80.448,89
(-) Amortização Acumulada	(93.567,93)	(93.567,93)	(93.567,93)
TOTAL DO ATIVO	12.801.598,40	13.018.076,40	20.777.204,63
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE	85.626,46	85.626,46	314.395,50
Fornecedores	-	-	228.769,04
Obrigações Fiscais	85.626,46	85.626,46	85.626,46
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	14.845.030,98	14.845.030,98	49.604.730,95
Empréstimos e Financiamentos	8.577.301,59	8.577.301,59	8.577.301,59
Obrigações Fiscais	6.267.729,39	6.267.729,39	6.267.729,39
Adiantamentos de Terceiros	-	-	34.759.699,97
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(2.129.059,04)	(1.912.581,04)	(29.141.921,82)
Capital Social	41.104.000,00	41.104.000,00	41.104.000,00
Adiantamento de Aumento de Capital	34.759.699,97	34.759.699,97	-
Reservas de Lucros	816,03	816,03	816,03
Ajuste de Exercícios Anteriores	(7.034.267,08)	(7.034.267,08)	-
Resultados Acumulados	(70.959.307,96)	(70.742.829,96)	(70.246.737,85)
TOTAL DO PASSIVO	12.801.598,40	13.018.076,40	20.777.204,63

As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras.

Goiânia-GO, 31 de Dezembro de 2021

Rodrigo Silveira Melo
Liquidante

Anderson da Mota Pereira
CRC nº 16.010/O-05
Coordenação de Controle Contábil

6/10



PREFEITURA
DE GOIÂNIA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Compahia de Pavimentação de Goiânia - COMPAV
31 de dezembro de 2021

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO APURAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - (EM R\$)

OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE	2021	2020	2019
DESPESAS OPERACIONAIS	-	-	-
(-) Despesas Administrativas	-	-	-
(-) Despesas Tributárias	-	-	-
(-) Despesas / Receitas Financeiras	-	-	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	-
Resultado Por Ações	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras.

Goiânia-GO, 31 de Dezembro de 2021

Rodrigo Silveira Melo
Liquidante

Anderson da Mota Pereira
CRC nº 16.010/O-05
Coordenação de Controle Contábil

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - (EM R\$ 1,00)

Fontes de Alteração	Capital Social	Adiantamento Aumento de Capital	Reservas de Lucros	Resultados Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018	41.104.000,00		816,03	(70.739.606,61)	(29.634.790,58)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	41.104.000,00		816,03	(70.246.737,85)	(29.141.921,82)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	41.104.000,00	34.759.699,97	816,03	(70.742.829,96)	(1.912.581,04)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	41.104.000,00	34.759.699,97	816,03	(70.959.307,96)	(2.129.059,04)
Ajuste Patrimonial				(7.034.267,08)	
Resultado do Exercício				(77.993.575,04)	

As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras.

Goiânia-GO, 31 de Dezembro de 2021

Rodrigo Silveira Melo
Liquidante

Anderson da Mota Pereira
CRC nº 16.010/O-05
Coordenação de Controle Contábil

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO APURAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - (EM R\$)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2021	2020	2019
Resultado do Exercício	-	-	-
Por Ajuste	-	-	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-
VARIAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	-	-	-
Aumento / Redução de Contas a Receber	-	-	-
Aumento / Redução de Contas a Pagar e Provisões	-	-	-
Caixa Líquido de Atividades Operacionais	-	-	-
AUMENTO / REDUÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	-	-	-
NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	-	-	-
NO FINAL DO EXERCÍCIO	-	-	-
AUMENTO / REDUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras.

Goiânia-GO, 31 de Dezembro de 2021

Rodrigo Silveira Melo
Liquidante

Anderson da Mota Pereira
CRC nº 16.010/O-05
Coordenação de Controle Contábil

NOTAS EXPLICATIVAS DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DE PAVIMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA – COMPAV CNPJ nº 02.756.435/0001-96 em liquidação, subsidiária integral da COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA – COMURG CNPJ nº 00.418.160/0001-55 com sede em Goiânia-Go., na Avenida Nazareno Roriz, 1.122, Vila Aurora. Tem como objeto a prestação de serviços de Pavimentação urbana e limpeza de bueiros em forma de concessão e de realizar investimentos dos programas de equipamento urbano e de infraestrutura, estudos e projetos vinculados aos referidos programas e bem assim aplicar seus próprios recursos nas mesmas finalidades ou em atividades relacionadas com o desenvolvimento urbano da cidade de Goiânia.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras e Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a legislação Comercial, Fiscal, Tributária, as Leis 6.404/76, 11.638/07, 11.941/09 e 13/303/16, abrangendo a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e as interpretações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM através de suas deliberações e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras são com base no custo histórico. A COMPAV é uma sociedade de economia mista de capital fechado, e de conformidade com a legislação vigente não foi elaborada a Demonstração do Valor Adicionado do Exercício. A Moeda funcional utilizada pela Cia é o Real (R\$). A Administração da Cia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas em sua gestão.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. EQUIVALENTES DE CAIXA:

A Companhia não efetuou nenhuma movimentação de Caixa e Bancos, sendo que as eventuais despesas ocorridas pela liquidação são efetuados pela COMURG.

3.2. ESTOQUES

Os Estoques registrados na contabilidade, em 31 de dezembro de 2021, são de R\$ 1.300,00 (Hum Mil e Trezentos Reais), que estão sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura desde a determinação de Liquidação em 2009, no qual foi realizada uma notificação extrajudicial para a mesma para verificação da utilização do Estoque e possível reembolso dos mesmos.

3.3. IMOBILIZADO

O Imobilizado compreende os bens móveis e imóveis da Companhia, que se encontram sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura, não possui documentação hábil para efetivar as baixas e as transferências destes bens, no qual foi realizada notificação extrajudicial para a mesma, no intuito de verificação dos bens e discriminação dos mesmos, sob sua guarda e registrados na contabilidade da COMPAV. Esses ativos são demon-

strados ao custo histórico de aquisição ou construção menos a depreciação que foi realizada neste ano, sendo identificado que o sistema estava realizando tais depreciações erroneamente e as perdas por recuperabilidade, quando necessário, em 31 de dezembro de 2021, apresenta um saldo no valor nominal de R\$ 13.348.030,68 (Treze Milhões Trezentos e Quarenta e Oito Mil e Trinta Reais e Sessenta e Oito Centavos). Ajuste de depreciação acumulada no ano em questão, de R\$ 216.418,00, (Duzentos e Dezesseis Mil Quatrocentos e Dezoito Reais).

3.4. AVALIAÇÃO DO VALOR DE RECUPERAÇÃO DOS ATIVOS NÃO FINANCEIROS (IMPAIRMENT)

Imobilizado, Intangível e outros Ativos Não Circulantes com vida útil definida, são revistos anualmente com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Companhia não possui ativos com vida útil indefinida e não avaliou seus bens do Ativo Imobilizado e Intangível conforme estabelece a legislação vigente, portanto não há indicativo de perda por impairment.

3.5. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os Empréstimos e Financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Os Empréstimos e Financiamentos estão classificados como Passivo Não Circulante, a não ser que a companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação da Cia pelo prazo de até 12 meses após a data do balanço. Em 31 de Dezembro de 2021, apresenta um saldo a valor nominal de R\$ 8.577.301,59 (Oito Milhões Quinhentos e Setenta e Sete Mil e Trezentos e Um Reais e Cinquenta e Nove Centavos).

3.6. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Existem registrados no balanço algumas Obrigações Fiscais a serem quitadas, contraídas na época que estava ativa, com saldo em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 6.267.729,39 (Seis Milhões Duzentos e Sessenta e Sete Mil Setecentos e Vinte e Nove Reais e Trinta e Nove Centavos).

3.7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Não houve provisão para imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2021, pois a companhia apurou prejuízo no exercício social findo.

3.8. DEMAIS ATIVO E PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. Os demais passivos são registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

3.9. ATIVOS FINANCEIROS / PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não tinha Ativos Financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda e também não tinha passivos financeiros classificados como valor justo por meio de resultado. Os Ativos Financeiros da Companhia incluídos na categoria de saldos a receber de créditos corresponde a saldos de Clientes e os Passivos Financeiros compreendem saldos das Contas a Pagar, Fornecedores, Obrigações Fiscais, empréstimos e financiamentos, Parcelamento Tributário, Prefeitura Municipal de Goiânia, Acordo Judiciais, Companhia de Urbanização de Goiânia, que são ativos e passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Alguns desses Ativos e Passivos Financeiros registrados na contabilidade, foram efetuadas baixas contábeis, devido a um levantamento contábil dos ativos e passivos registrados desde 2014 e sem movimentações até a data do encerramento do exercício de 2021, conforme descritos:

Ativos e Passivos Financeiros	2021	2020
Clientes	0,00	0,00
Estoque	1.300,00	1.300,00
Fornecedores	0,00	0,00
Obrigações Tributárias	6.267.729,39	6.267.729,39
Empréstimos e Financiamentos	8.577.301,59	8.577.301,59

3.10 RECEITA OPERACIONAL

A Companhia está em fase operacional de Liquidação, portanto, não possui nenhuma receita própria.

3.11 DESPESA OPERACIONAL

A Companhia está em fase operacional de Liquidação, portanto, as despesas decorrentes da liquidação, são reconhecidas e pagas pela Companhia de Urbanização de Goiânia - COMURG, conforme Lei Complementar Nº 183 de 19 de dezembro de 2008.

4. INVESTIMENTOS

A Companhia possui participação na Empresa ADE Conserv Cred. Eletrobrás, em 31 de dezembro de 2021, o Investimento registrado na contabilidade é de R\$ 34.635,49 (Trinta e Quatro Mil Seiscentos e Trinta e Cinco Reais e Quarenta e Nove Centavos).

5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

5.1. CAPITAL SOCIAL E AS RESERVAS DE CAPITAL

O Capital Social da companhia integralizado de R\$ 41.104.000,00 (Quarenta e Um Milhões e Cento e Quatro Mil Reais) é representado por 41.104.000 ações ordinárias, de R\$ 1,00 (Um Real) cada. As reservas de Capital de Capital não foram alteradas e apresentam um saldo em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 816,03 (Oitocentos e dezesseis reais e três centavos).

5.2. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Correspondem a pagamentos efetuados pela Controladora Comurg, que são parcelamentos efetuados pelo liquidante juntos a Receita Federal do Brasil e Caixa Econômica Federal, em 31 de dezembro de 2021 o saldo acumulado é de R\$ 34.759.699,97 (Trinta e Quatro Milhões Setecentos e Cinquenta e Nove Mil Seiscentos e Noventa e Nove Reais e Noventa e Sete Centavos).

5.3. RESULTADO ACUMULADOS

O Resultado Acumulados em 31 dezembro de 2021 apresenta o valor acumulado de R\$ (70.959.307,96) (Setenta Milhões Novecentos e Cinquenta e Move Mil Trezentos e Sete Reais e Noventa e Seis Centavos, que correspondem ao saldo da conta de Prejuízos Acumulado deste exercício.

Rodrigo Silveira Melo
Liquidante

Goiânia-GO, 31 de Dezembro de 2021
Anderson da Mota Pereira
Coordenação de Contabilidade

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da COMPANHIA DE PAVIMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA S.A. - COMPAV - EM LIQUIDAÇÃO.

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE PAVIMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA S.A. - COMPAV - EM LIQUIDAÇÃO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE PAVIMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA S.A. - COMPAV - EM LIQUIDAÇÃO, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com Ressalva

1. Imobilizado

Com relação ao imobilizado, que compreende os bens móveis e imóveis da Companhia, verificamos que os mesmos se encontram sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura. A Companhia não possui documentação hábil para efetivar as baixas e as transferências destes bens. A COMPAV notificou extrajudicialmente a Secretaria, no intuito de verificação e discriminação dos bens sob sua guarda, porém registrados na contabilidade da COMPAV, e até a presente data não obteve êxito. Consequentemente, ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais ajustes, bem como dos consequentes efeitos sobre os saldos do Ativo Imobilizado, do Patrimônio Líquido, dos fluxos de caixa e do Resultado do Exercício sob nosso exame;

2. Obrigações fiscais

Conforme nota explicativa nº 3.6, há registrado como Obrigações Fiscais o saldo de R\$ 6.267.729,39. Nos procedimentos de auditoria aplicados não obtivemos evidências suficientes para concluirmos sobre os saldos, devido à ausência de documentação suporte. Assim, ficamos impossibilitados de opinar sobre os reflexos que eventuais ajustes decorrentes da aplicação plena dos procedimentos preconizados na NBC TG's, poderiam causar no Exercício sob nosso exame e no exercício anterior;

3. Plano de liquidação das subsidiárias

A NBC TG 900 - ENTIDADES EM LIQUIDAÇÃO preconiza que a Entidade em liquidação é a entidade que esteja em processo de liquidação, desde que a sua liquidação não seja prevista em seus documentos constitutivos. Para que a entidade esteja em processo de liquidação, deve ser observado um plano de liquidação aprovado por pessoa (s) com autoridade para tornar tal plano efetivo ou um plano imposto por terceiros, e não foi apresentado um plano de liquidação que corrobore o cumprimento da norma.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à companhia, de acordo

7/10



Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo Gazeta do Estado com circulação em bancas de jornais e dirigida, nos estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site <https://www.gazetadoestado.com.br/edicao-digital/>

Assinado Eletronicamente por Certificação Digital
conforme Lei 13.818/2019
VERIFICAÇÃO - acesse: verificador.iti.gov.br

Gazeta do Estado
ICP
Brasil

Assinado Digitalmente por
G. EXATA DE COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ: 04.471.978/0001-92
Data: 2023/01/26 23:13:13



PREFEITURA
DE GOIÂNIA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Compahia de Pavimentação de Goiânia - COMPAV
31 de dezembro de 2021

com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

1. Continuidade operacional

Mantendo nossa opinião inalterada, enfatizamos que as demonstrações contábeis sob nosso exame foram preparadas pressupondo-se a continuidade das atividades da COMPAV. Por intermédio da Lei Complementar nº 183 de 19 de dezembro de 2008, a deliberação do Poder Legislativo sobre a dissolução e a liquidação da Companhia. A COMURG providenciará a liquidação das suas subsidiárias, na forma da legislação especial em vigor, devendo a sua Assembleia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal para o período de liquidação.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas requeridas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estado fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Outros assuntos

1. Relatório da Administração

A administração da COMPAV é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar, conforme IN nº 008/15 do TCM/GO, a Companhia está dispensada da apresentação.

2. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo relatório foi emitido em 26 de abril de 2021.

Goiânia, 16 de agosto de 2022

Andielle Souza Duarte Couto
Contadora CRC — GO nº 026642/0-5
Auditor Independente

Feliciano Celso Maciel
AIPF Registro CVM nº 12.483
Contador CRC-GO nº 8.213/0

José Leme da Silva
Contador CRC — GO nº 007721/0-8
Auditor Independente

PARECER DO CONSELHO FISCAL REFERENTE À ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021

I. Fundamentações

O Conselho Fiscal é órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual. Além das normas previstas na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, aplicam-se aos membros do Conselho Fiscal da Companhia as disposições para esse colegiado previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, inclusive aquelas relativas a seus poderes, deveres e responsabilidades, a requisitos e impedimentos.

O Estatuto Social estabelece no art. 25, que compete ao Conselho Fiscal elaborar a cada exercício, parecer técnico sobre o balanço do exercício anterior.

II. Considerações Iniciais

Os membros do Conselho Fiscal: Osmar Alves Santana Júnior (Presidente), Thiago Francisco Alves Santana e Juliana Ferreira da Silva, reuniram-se, extraordinariamente, para apreciar as Demonstrações Contábeis do Exercício de 2021, com vistas a sobre elas opinar. As demonstrações contábeis do exercício de 2021, acompanhadas das notas explicativas e dos pareceres da auditoria independente foram encaminhadas ao Conselho Fiscal no dia 24 de Agosto de 2022.

Vale destacar que a composição e nomeação dos membros do Conselho Fiscal da Comurg se deu através da Primeira Ata de Reunião Ordinária, realizado dia 07 de Junho de 2022.

III. Auditoria Independente

A empresa contratada pela Comurg para apresentação do Relatório dos Auditores Independentes das Demonstrações Financeiras do exercício 2021 foi a Compliance Auditores Independentes.

A Compliance Auditores Independentes apresentou três relatórios de auditoria, sendo um para a Comurg e o demais para suas subsidiárias conforme listados abaixo:

• COMPANHIA DE PAVIMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA S.A. - COMPAV - EM LIQUIDAÇÃO.

O parecer referente as demonstrações da COMPAV, subsidiária em liquidação, também conclui que as demon-

strações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da auditada, em 31 de dezembro de 2021 e traz algumas "ressalvas" com relação ao imobilizado, obrigações fiscais e plano de liquidação.

I. Conclusão

Diante do exposto, os membros do Conselho Fiscal da Comurg, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram os dados contidos nas Demonstrações Contábeis, Relatório Anual e no Relatório da Auditoria Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, e embasados no relatório dos auditores independentes vem através deste emitir o parecer favorável à APROVAÇÃO das demonstrações contábeis, considerando que estas retratam adequadamente a Movimentação Financeira e a Posição Patrimonial da subsidiária COMPAV.

Goiânia, 16 de Setembro de 2022.

Osmar Alves Santana Júnior
Presidente do Conselho

Juliana Ferreira da Silva
Membro Efetivo do Conselho

Thiago Francisco Alves Santana
Membro Efetivo do Conselho



PREFEITURA
DE GOIÂNIA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Compahia de Obras e Habilitação do Município de Goiânia - COMOB
31 de dezembro de 2021

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - (EM R\$)

	COMOB		
	2021	2020	2019
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE			
Disponível	-	-	-
Créditos	-	-	-
Clientes	-	-	-
Adiantamento à Terceiros	-	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	199.873,20	276.953,76	5.189.665,21
Realizável a Longo Prazo	-	-	4.871.331,19
Clientes	-	-	4.871.331,19
Imobilizado	199.873,20	276.953,76	276.953,76
Bens Moveis	715.763,66	715.763,66	715.763,66
Bens Imoveis	283.602,38	283.602,38	283.602,38
(-) Depreciação Acumulada	(799.492,84)	(722.412,28)	(722.412,28)
Intangível	-	-	41.380,26
Softwares	30.326,23	30.326,23	42.912,00
Marcas Direitos e Patentes Industriais	20.903,05	20.903,05	49.697,54
(-) Amortização Acumulada	(51.229,28)	(51.229,28)	(51.229,28)
TOTAL DO ATIVO	199.873,20	276.953,76	5.189.665,21
PASSIVO			
2021	2020	2019	
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	-	-	225.998,03
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.032.136,19	2.082.722,03	8.013.404,24
Fornecedores	-	-	119.998,45
Obrigações Fiscais	2.032.136,19	2.082.722,03	2.142.602,61
Adiantamentos de Terceiros	-	-	5.750.803,18
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(1.832.262,99)	(1.805.768,27)	(3.049.737,06)
Capital Social	42.468.450,57	42.468.450,58	42.468.450,58
Adiantamento para futuro aumento de capital	5.861.269,60	5.810.683,76	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	(5.920.594,66)	(5.920.594,67)	-
Resultados Acumulados	(44.241.388,50)	(44.164.307,94)	(45.518.187,64)
TOTAL DO PASSIVO	199.873,20	276.953,76	5.189.665,21

As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis.

Goiânia-GO, 31 de Dezembro de 2021.

Rodrigo Silveira Melo
Liquidante

Anderson da Mota Pereira
CRC nº 16.010/O-05
Coordenação de Controle Contábil

8/10



PREFEITURA
DE GOIÂNIA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Companhia de Obras e Habitação do Município de Goiânia - COMOB

31 de dezembro de 2021

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO APURAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - (EM R\$)

OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE	2021	2020	2019
DESPESAS OPERACIONAIS	-	-	-
(-) Despesas Administrativas	-	-	-
(-) Despesas Tributárias	-	-	-
(-) Despesas / Receitas Financeiras	-	-	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	-
Resultado Por Ações	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis.

Goiânia-GO, 31 de Dezembro de 2021.

Rodrigo Silveira Melo
Liquidante

Anderson da Mota Pereira
CRC nº 16.010/O-05
Coordenação de Controle Contábil

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - (EM R\$ 1,00)

FONTES DE ALTERAÇÃO	CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	RESULTADOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2018	42.468.450,58			(44.164.307,94)	(1.695.857,36)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	42.468.450,58			(45.518.187,64)	(3.049.737,06)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	42.468.450,58	5.810.683,76		(44.164.307,94)	(1.805.768,27)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	42.468.450,58	5.861.269,60		(44.241.388,50)	(1.832.262,99)
Resultados do Exercício				(44.291.974,34)	
Ajuste Patrimonial				50.585,84	

As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis.

Goiânia-GO, 31 de Dezembro de 2021.

Rodrigo Silveira Melo
Liquidante

Anderson da Mota Pereira
CRC nº 16.010/O-05
Coordenação de Controle Contábil

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO APURAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - (EM R\$)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2021	2020	2019
Resultado do Exercício	-	-	-
VARIAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	-	-	-
Aumento/Redução de Contas a Pagar e Provisões	-	-	-
Caixa Líquido de Atividades Operacionais	-	-	-
AUMENTO / REDUÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	-	-	-
NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	-	-	-
NO FINAL DO EXERCÍCIO	-	-	-
AUMENTO / REDUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis.

Goiânia-GO, 31 de Dezembro de 2021.

Rodrigo Silveira Melo
Liquidante

Anderson da Mota Pereira
CRC nº 16.010/O-05
Coordenação de Controle Contábil

NOTAS EXPLICATIVAS DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DE OBRAS E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA- COMOB, CNPJ nº 02.756.203/0001-38, em liquidação, subsidiária integral da COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA - COMURG CNPJ nº 00.418.160/0001-55, com sede em Goiânia-GO, na Avenida Nazareno Roriz, 1.122, Vila Aurora. Tem como objeto a execução de Obras Públicas e serviços de interesse social relacionadas com o desenvolvimento urbano da cidade de Goiânia.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras e Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a legislação comercial, fiscal, tributária, as Leis 6.404/76, 11.638/07, 11.941/09 e 13.303/76, abrangendo a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM através de suas deliberações e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras são com base no custo histórico. A COMOB é uma sociedade de economia mista de capital fechado, e de conformidade com a legislação vigente não foi elaborada a Demonstração do Valor Adicionado do Exercício. A Moeda funcional utilizada pela Cia é o Real (R\$).

A Administração da Cia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas em sua gestão.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 EQUIVALENTES DE CAIXA

A Companhia não efetuou nenhuma movimentação de caixa e Bancos, os pagamentos de parcelamentos foram efetuados pela COMURG.

i. IMOBILIZADO

O Imobilizado compreende os bens móveis e imóveis da Companhia, que se encontram sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura, não possui documentação hábil para efetivar as baixas e as transferências destes bens, no qual foi realizado notificação extrajudicial para a mesma, no intuito de verificação dos bens e discriminação dos mesmos, sob sua guarda e registrados na contabilidade da COMOB. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou construção menos a depreciação que foi realizada neste ano, sendo identificado que o sistema estava realizando tais depreciações erroneamente e as perdas por recuperabilidade, quando necessário, em 31 de dezembro de 2021, apresenta um saldo no valor nominal de 199.873,20 (Cento e Noventa e Nove Mil Oitocentos e Setenta e Três Reais e Vinte Centavos), ajuste de depreciação no ano em questão, no valor de R\$ 77.080,56 (Setenta e Sete Mil e Oitenta Reais e Cinquenta e Seis Centavos).

3.3 AVALIAÇÃO DO VALOR DE RECUPERAÇÃO DOS ATIVOS NÃO FINANCEIROS (IMPAIRMENT)

Imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes com vida útil definida são revisados anualmente com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Companhia não possui ativos com vida útil indefinida, e não avaliou seus bens do Ativo Imobilizado e Intangível conforme estabelece a legislação vigente, portanto não há indicativo de perda por impairment.

3.4 OBRIGAÇÕES FISCAIS

Existem registrados no balanço Obrigações Fiscais a serem quitadas, contraídas na época que estava ativa, com um saldo em 31 de dezembro de 2021 o valor de R\$ 2.032.136,19 (Dois Milhões e Trinta e Dois Mil e Cento e Trinta e Seis Reais e Dezenove centavos).

3.5 DEMAIS ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. Os demais passivos são registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

3.6 ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Correspondem a pagamentos efetuados pela Controladora Comurg, que são parcelamentos efetuados pelo liquidante juntos a Receita Federal do Brasil e Caixa Econômica Federal, em 31 de dezembro de 2020 o saldo acumulado é de R\$ 5.810.683,76 (Cinco Milhões Oitocentos e Dez Mil Seiscentos e Oitenta e Três Reais e Setenta e Seis Centavos).

3.7. ATIVO FINANCEIROS E PASSIVO FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não tinha Ativos e Passivos Financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda e também não tinha passivos financeiros classificados como Valor justo por meio de resultado, conforme descritos:

Ativo e Passivo Financeiros	2021	2020
Clientes	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00
Obrigações Fiscais	2.032.136,19	2.082.722,03

3.8 RECEITA OPERACIONAL

A Companhia está em fase operacional de Liquidação, portanto, não possui nenhuma receita própria.

4. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

4.1 CAPITAL AUTORIZADO

O Capital Social da companhia integralizado de R\$ 42.468.450,58 (Quarenta e dois Milhões e Quatrocentos e Sessenta e Oito Mil e Quatrocentos e Cinquenta Reais e Cinquenta e Oito Centavos) é representado por 42.468.450 ações ordinárias, de R\$ 1,00 (Um real) cada.

4.2. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Correspondem a pagamentos efetuados pela Controladora Comurg, que são parcelamentos efetuados pelo liquidante juntos a Receita Federal do Brasil e Caixa Econômica Federal, em 31 de dezembro de 2021 o saldo acumulado é de R\$ 5.861.269,60 (Cinco Milhões Oitocentos e Sessenta e Um Mil e Duzentos e Sessenta e Nove Reais e Sessenta Centavos).

4.3. AJUSTE DE EXERCÍCIO ANTERIOR

Conforme CPC 23, ajuste nos saldos contábeis de ativo ou de passivo, ou nos montantes relativos ao consumo periódico de ativo, que decorre da avaliação da situação atual e das obrigações e dos benefícios futuros esperados associados aos ativos e passivos. Dessa forma, 31 de dezembro de 2021 foi realizado registros de baixas de despesas realizadas em anos anteriores de depreciações não efetuada pelo sistema, no valor de total de R\$ 77.080,56 (Setenta e Sete Mil e Oitenta Reais e Cinquenta e Seis Centavos).

4.4 RESULTADO ACUMULADOS

O Resultado Acumulados em 31 dezembro de 2021 apresenta o valor acumulado de R\$ -44.241.388,50 (Quarenta e Quatro Milhões Duzentos e Quarenta e Um Mil Trezentos e Oitenta e Oito Reais e Cinquenta Centavos), que correspondem ao saldo da conta de Prejuízos Acumulado deste exercício.

Goiânia-GO, 31 de dezembro de 2021.

Rodrigo Silveira Melo
Liquidante

Anderson da Mota Pereira
Coordenação de Controle Contábil

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da COMOB - COMPANHIA DE OBRAS E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA — EM LIQUIDAÇÃO.

Examinamos as demonstrações contábeis da COMOB - COMPANHIA DE OBRAS E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA— EM LIQUIDAÇÃO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

E nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMOB - COMPANHIA DE OBRAS E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA— EM LIQUIDAÇÃO, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com Ressalva

1. Imobilizado

Com relação ao imobilizado, que compreende os bens móveis e imóveis da Companhia, verificamos que os mesmos se encontram sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura. A Companhia não possui documentação hábil para efetivar as baixas e as transferências destes bens. A Companhia não possui documentação hábil para efetivar as baixas e as transferências destes bens. A Companhia não possui documentação hábil para efetivar as baixas e as transferências destes bens. A Companhia não possui documentação hábil para efetivar as baixas e as transferências destes bens.

2. Obrigações fiscais

Conforme nota explicativa nº 15, há registrado como Obrigações Fiscais para a COMOB, registros de retenções retidas de terceiros, impostos municipais e federais. Nos procedimentos de auditoria aplicados, constatamos que a COMOB efetuou, em exercícios anteriores e no exercício de 2021, a retenção de impostos sem o correspondente recolhimento aos cofres públicos. Consta registrados na Contabilidade valores pendentes de regularização e/ou recolhimento de exercícios anteriores, constatamos que, tais valores não vêm sendo corrigidos monetariamente. Os procedimentos adicionais de auditoria não foram suficientes para concluirmos sobre os saldos, devido à ausência de documentação suporte. Assim, ficamos impossibilitados de opinar sobre os reflexos que eventuais ajustes decorrentes da aplicação plena dos procedimentos preconizados na NBC TG's, poderiam causar no Exercício sob nosso exame e no exercício anterior.

3. Plano de liquidação das subsidiárias

A NBC TG 900 - ENTIDADES EM LIQUIDAÇÃO preconiza que a Entidade em liquidação é a entidade que esteja em processo de liquidação, desde que a sua liquidação não seja prevista em seus documentos constitutivos. Para que a entidade esteja em processo de liquidação, deve ser observado um plano de liquidação aprovado por pessoa (s) com autoridade para tornar tal plano efetivo ou um plano imposto por terceiros, e não foi apresentado um plano de liquidação que corrobore o cumprimento da norma.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

1. Continuidade operacional

Enfatizamos que as demonstrações contábeis sob nosso exame foram preparadas pressupondo-se a descontinuidade das atividades da COMOB. Por intermédio da Lei Complementar nº 183 de 19 de dezembro de 2008, a deliberação do Poder Legislativo sobre a dissolução e a liquidação da Companhia. A COMURG providenciará a liquidação das suas subsidiárias, na forma da legislação especial em vigor, devendo a sua Assembleia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal para o período de liquidação.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas requeridas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente

9/10



PREFEITURA
DE GOIÂNIA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Compahia de Obras e Habilitação do Município de Goiânia - COMOB
31 de dezembro de 2021

se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Outros assuntos

1. Relatório da Administração

A administração da COMOB é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar, conforme IN nº 008/15 do TCM/GO, a Companhia está dispensada da apresentação.

2. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo relatório foi emitido em 26 de abril de 2021.

Goiânia, 16 de agosto de 2022.

PARECER DO CONSELHO FISCAL REFERENTE À ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2021

I. Fundamentações

O Conselho Fiscal é órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual. Além das normas previstas na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, aplicam-se aos membros do Conselho Fiscal da Companhia as disposições para esse colegiado previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, inclusive aquelas relativas a seus poderes, deveres e responsabilidades, a requisitos e impedimentos.

O Estatuto Social estabelece no art. 25, que compete ao Conselho Fiscal elaborar a cada exercício, parecer técnico sobre o balanço do exercício anterior.

II. Considerações Iniciais

Os membros do Conselho Fiscal: Osmar Alves Santana Júnior (Presidente), Thiago Francisco Alves Santana e Juliana Ferreira da Silva, reuniram-se, extraordinariamente, para apreciar as Demonstrações Contábeis do Exercício de 2021, com vistas a sobre elas opinar. As demonstrações contábeis do exercício de 2021, acompanhadas das notas explicativas e dos pareceres da auditoria independente foram encaminhadas ao Conselho Fiscal no dia 24 de Agosto de 2022.

Vale destacar que a composição e nomeação dos membros do Conselho Fiscal da Comurg se deu através da Primeira Ata de Reunião Ordinária, realizado dia 07 de Junho de 2022.

III. Auditoria Independente

A empresa contratada pela Comurg para apresentação do Relatório dos Auditores Independentes das Demonstrações Financeiras do exercício 2021 foi a Compliance Auditores Independentes.

A Compliance Auditores Independentes apresentou três relatórios de auditoria, sendo um para a Comurg e o demais para suas subsidiárias conforme listados abaixo:

• COMOB - COMPANHIA DE OBRAS E HABILITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA – EM LIQUIDAÇÃO;

O parecer entregue referente as demonstrações da COMOB, subsidiária em liquidação, relata que as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da auditada, em 31 de dezembro de 2021 e traz algumas “ressalvas” com relação ao imobilizado, obrigações fiscais e plano de liquidação.

I. Conclusão

Diante do exposto, os membros do Conselho Fiscal da Comurg, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram os dados contidos nas Demonstrações Contábeis, Relatório Anual e no Relatório da Auditoria Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, e embasados no relatório dos auditores independentes vem através deste emitir o parecer favorável à APROVAÇÃO das demonstrações contábeis, considerando que estas retratam adequadamente a Movimentação Financeira e a Posição Patrimonial da subsidiária COMOB.

Goiânia, 16 de Setembro de 2022.

Andielle Souza Duarte Couto
Contadora CRC — GO nº 026642/0-5
Auditora Independente

Feliciano Celso Maciel
AIPF Registro CVM nº 12.483
Contador CRC-GO nº 8.213/0

Osmar Alves Santana Júnior
Presidente do Conselho

Juliana Ferreira da Silva
Membro Efetivo do Conselho

José Leme da Silva
Contador CRC — GO nº 007721/0-8
Auditor Independente

Thiago Francisco Alves Santana
Membro Efetivo do Conselho

10/10

INDEPENDÊNCIA É TUDO!

Somos Impresso
Somos Digital
Somos Conteúdo

Gazeta
do Estado

Domingo
Goiânia 13 de fevereiro de 2022
Ano 17 - Edição 4831

R\$1

gazetadoestado.com.br

gazetadoestado

62 99118-3777

www.gazetadoestado.com.br

GOIÂNIA
Prefeitura de Goiânia
promove o Café Sinfônico

Gazeta
do Estado



Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo Gazeta do Estado com circulação em bancas de jornais e dirigida, nos estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal. AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site <https://www.gazetadoestado.com.br/edicao-digital/>

Assinado Eletronicamente por Certificação Digital
conforme Lei 13.818/2019
VERIFICAÇÃO - acesse: verificador.iti.gov.br

Gazeta do Estado
ICP
Brasil

Assinado Digitalmente por
G. EXATA DE COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ: 04.471.978/0001-92
Data: 2023/01/26 23:13:13